



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

CELIA REGINA NERI DE ARAUJO
RA 2029230-5

JORNAL E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Análise das reportagens do *Correio Braziliense* no tratamento dado pelo
veículo à vítima de atentado de homicídio

Brasília
2006

CELIA REGINA NERI DE ARAUJO

JORNAL E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Análise das reportagens do *Correio Braziliense* no tratamento dado pelo veículo à vítima de atentado de homicídio

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Centro Universitário de Brasília, para obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social – Habilitação Jornalismo, orientado pela Professora Mestra Amalia Raquel Pérez-Nebra

Brasília
2006



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA

Celia Regina Neri de Araujo

Jornal e violência contra a mulher

Análise das reportagens do *Correio Braziliense* no tratamento dado à vítima de atentado de homicídio

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Centro Universitário de Brasília, para obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social – Habilitação Jornalismo, orientado pela Professora Mestra Amalia Raquel Pérez-Nebra

Brasília, 25 de maio de 2006.

APROVADA POR:

Professora Amalia Raquel Pérez-Nebra MsC

Professor Sérgio Euclides Braga Leal de Souza
PhD

Professora Ana Lúcia Galinking Dr

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus filhos Guilherme e Henrique, diferentes como pessoas, igualmente belas e admiráveis em essência, estímulos que me impulsionaram a buscar a vida todos os dias. Generosos por terem aceitado se privar de minha companhia, concedendo a mim a oportunidade de estudar e de me realizar ainda mais.

Para Elcio, pelo reencontro. Te amo!

AGRADECIMENTOS

Há mais de vinte anos sem estudar, retornar foi muito difícil. Primeiro, vencer a inércia da acomodação, depois encarar o desafio e ir à luta, enfrentando os obstáculos e as dificuldades.

Por isso, neste momento não poderia esquecer onde tudo começou... Obrigada aos professores, Tyoko que me apresentou os livros como grandes companheiros da vida, Edilvia por enfrentar comigo desafios em grandes concursos de redação, Itinabel que acreditou que eu voaria além do Valo Velho, Sônia, que me sugeriu que “ainda que as coisas fossem duras, que eu não perdesse jamais a ternura” e Rosmara, que um dia me disse que “*física* não teria tanta importância pra minha vida”. Vocês são as melhores lembranças de um tempo longínquo que guardo cheio de carinho e saudade. E ainda, aos professores do UniCeub, por serem mais que professores, serem meus amigos. Valeu!

Aos amigos da Comunhão Espírita, especialmente Fernanda, que apostou todas as fichas em mim e Sr. Arthur pelos puxões de orelhas mais carinhosos que me favoreceu o crescimento da alma...

Aos amigos queridos do Ministério da Educação, por me ajudarem no momento mais difícil, o de recomeçar, e ainda aos indispensáveis amigos do Ministério dos Transportes que, na reta final deram-me força, incentivo e condições para continuar.

À Rita que me ajudou a enfrentar o medo do projeto de monografia; à Celina, Ericka, Ane e Rubens, pelo pronto atendimento e contribuição. E ainda à Amália, minha orientadora, que sofreu à beça comigo.

Aos meus pais Armindo (*in memória*) e Iracema, que mesmo sem posses ou condições acreditaram que um dia eu chegaria lá, porque nunca deixaram de confiar em mim.

E finalmente obrigada a Deus, pela oportunidade da vida, pelo crescimento e aprendizado.

Que desgraça ser mulher! Entretanto, a pior desgraça quando se é mulher é, no fundo, não compreender que sê-lo é uma desgraça.
(kierkegaard)

Participação é a palavra de ordem para as mudanças sociais.
(Raul Cutait)

RESUMO

Este trabalho visa a uma reflexão sobre como o jornal impresso produz notícias sobre violência contra a mulher. Para tanto, utilizou-se um referencial literário sobre o tema, de modo a conhecer o significado de violência, cultura e discriminação, fases da violência, dados internacionais e nacionais sobre violência, atuação do estado e da sociedade civil, Lei nº 9.099/95, e finalmente responsabilidade social do jornalismo. Com o objetivo de contribuir para formação crítica do jornalista a partir de fatos noticiados pela imprensa, o método deste trabalho foi a análise de conteúdo das reportagens sobre a tentativa de homicídio cometido por um ex-marido, em 2 de dezembro de 2005, noticiado pelo jornal local, *Correio Braziliense*. Foram vinte e seis matérias sobre o crime em que apenas dezenove falava sobre o que aconteceu especificamente com a vítima, e embora o jornal tivesse o cuidado de valorizar o papel social da mulher, ainda assim foram encontradas palavras que veladamente diminuíram a figura feminina com adjetivos que a fragilizam.

Palavras-chave: violência contra a mulher, violência conjugal, discriminação, jornal, mulher.

ABSTRACT

This work invites to a reflection on how journals produce news concerning violence against women. This theme has been theoretically referred, so as to get knowledge of the meaning of violence, culture, discrimination, phases of violence and actions taken by government and the civil society, focusing on social responsibility of journalism. Aiming to contribute to a critical journalism from facts disseminated by the press, this work has used a method based on the analysis of the content of reportages published by a local newspaper – *Correio Braziliense* – about an attempt of homicide by an ex-husband, on December 2, 2005, in Brasilia-DF. Of a total of twenty-six reportages on this crime, only nineteen reported specifically what happened with the victim. In spite of its concern on valuing feminine social role, there were still some words and terms depreciating women.

Key words: violence against women, conjugal violence, discrimination, newspaper, woman.

SUMÁRIO

1 Introdução	9
2 Desenvolvimento	11
2.1 O que é violência	11
2.2 Violência contra a mulher	12
2.3 Cultura e Discriminação – princípio da violência	13
2.4 Fases da violência	15
2.5 Dados internacionais e nacionais sobre violência	17
3 Atuação do Estado e da sociedade civil no combate a violência contra a mulher ..	21
3.1 Lei nº 9.099/95 e sua aplicabilidade	21
3.2 Responsabilidade social do jornalismo	23
4 Método	26
4.1 Amostra	26
4.2 Instrumento	26
4.3 Procedimento	27
4.4 Análise	27
5 Resultados	28
6 Discussão	31
7 Conclusão	34
8 Referências	35
9 Anexos	39

1 Introdução

A articulação entre o tema dissertado e as considerações sobre o papel do jornalismo neste contexto foi realizada, primeiramente, sob uma abordagem empírica, integrada à dimensão feminina. No contexto científico, foi utilizada bibliografia específica e publicações inerentes a outros campos do conhecimento, como a antropologia, filosofia e sociologia, visto que a forte marca cultural e social que permeia o tema de estudo.

No Brasil, uma mulher é agredida a cada 15 segundos. Apesar disso, somente 10% das dessas agressões sofridas por mulheres são denunciadas. Por medo, vergonha, elas se sentem intimidadas a denunciar o companheiro, que reside sob o mesmo teto (DIAS, 2003).

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), 30% das primeiras experiências sexuais das mulheres foram forçadas, 52% das mulheres é alvo de assédio sexual, 69% são agredidas ou violadas, sem contar o número de homicídios praticados contra mulheres pelo marido ou companheiro (DIAS, 2003).

Outrora, a violência contra a mulher era percebida como fenômeno cultural e particular, em que o silêncio social se tornava seu principal impulsionador. Hoje, a violência contra a mulher não cabe mais no espaço privado. Exige políticas de envergadura e o comprometimento de todos.

O papel de divulgar essa realidade cabe aos meios de comunicação, como compromisso com a construção de uma sociedade solidificada em valores positivos para a humanidade – solidariedade, respeito, tolerância, dignidade e paz. Ao jornalista, agente primaz da relação entre a história e a informação, cabe oferecer múltiplos olhares ao leitor para que este consiga formar sua própria opinião e atuar como sujeito da história.

É sob o princípio do compromisso social que este trabalho se desenvolve, na intenção de sistematizar as informações disponíveis sobre o tema ora exposto.

Sob o aspecto ético-profissional, esta monografia realiza avaliação sobre a ação da mídia ante o fenômeno da violência à mulher, que oscila dicotomicamente ora transformando a violência em produto com amplo poder de venda no mercado de informação, ora combatendo-a como mácula de uma sociedade que se pretende desenvolvida e equitativa.

Após a dissertação do fenômeno da violência como representação sociocultural, o trabalho desenvolve-se sob o prisma de diagnósticos oficiais, destacando resultados de pesquisas realizadas em diferentes espaços sociais, tanto nacionais como internacionais. Tais resultados foram selecionados porque têm servido de subsídio à (re)construção de atitudes/políticas afirmativas por parte de segmentos organizados tanto públicos quanto não-governamentais.

Para alcance deste objetivo, foram coletadas e analisadas matérias do jornal *Correio Braziliense* sobre um fato que relata uma violência contra a mulher. Em dezembro de 2005, João Xavier matou o professor Elídio de Oliveira, do curso de Relações Internacionais do Instituto de Educação Superior de Brasília (IESB) e tentou matar a ex-mulher. Roseni Ribeiro, 37 anos, assessora parlamentar da Presidência da Câmara dos Deputados e estudante do 6º semestre do Curso de Relações Internacionais, com quem esteve casado por 15 anos e juntos têm duas filhas. Roseni entrou com pedido de divórcio 15 dias antes do crime.

2 Desenvolvimento

Neste capítulo é descrito o panorama histórico da violência, bem como sua definição e conceito. Para tanto, localiza o leitor e analisa a realidade da violência no Brasil e em outros países.

2.1 O que é violência

No dicionário Aurélio de Língua Portuguesa, o verbete “violência” tem a seguinte definição: constrangimento físico ou moral; uso da força, coação (FERREIRA, 1975, p. 1463). Etimologicamente, a palavra “violência” tem suas raízes tanto no latim *violentia*, abuso de força, como em *violare*, transgredir o respeito a uma pessoa (FILHO, MARCONDES, 2001).

Segundo Marcondes Filho (2001), para Aristóteles, “violência” é tudo aquilo que, vindo do exterior, opõe-se ao movimento interior de uma natureza. Ele se refere, portanto, à coação física em que alguém é obrigado a fazer aquilo que não deseja.

Com base nas definições apresentadas e para efeito deste trabalho, “violência” é o uso de meios capazes de imprimir sofrimento ou destruição do corpo humano, bem como meio que pode degradar ou causar transtorno à integridade psíquica do ser humano, daí entende-se que as estruturas de violência deixam rastros não apenas no corpo, mas também no pensamento (BAITELLO, 1999).

Michaud (1989, apud PORTO, 2002, p. 162) explica que existe violência quando:

numa situação de interação um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou mais pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais.

Nessa mesma linha de raciocínio, as manifestações de violência devem ser identificadas de várias maneiras, e não podem ser analisadas de forma independente do campo social que fazem parte (PORTO, 2002). A agressão aparece de forma plural como: maltrato físico (chutes e pontapés), desdém, intimidações, ameaças, chantagens e relação sexual forçada (FONTANA, 2001).

A violência está intimamente inserida numa gama de estratégias, como cólera, explosão de raiva, indignações, entre outras formas, com conseqüências diretas nos modos de representação social do fenômeno (PORTO, 2002).

Discutir violência é um desafio porque a sua manifestação não se restringe ao momento de sua eclosão. A percepção da violência é algo individual, mas guarda um componente psicossocial, que é o contexto em que foi gerada essa percepção individual (SILVA, 2006).

A violência pode ir de pequenos ferimentos, gestos e atitudes físicas e psicológicas até a própria morte. O que começa por ser, aparentemente, um ataque de pouca gravidade pode aumentar de freqüência e intensidade. Dessa forma, a violência passa a ser definida como um problema da relação humana, entendida como um comportamento cultural. Por isso mesmo, a violência deve ser interpretada em suas várias fases e formas, interligadas em rede por meio dos acontecimentos em que se expressa, multiplica e produz (CHAUÍ, 1985).

Segundo Fontes (1995), as mulheres são vulneráveis à violência provocada por pessoas em posição de autoridade, em situações de conflitos e não conflito.

2.2 Violência contra a mulher

Na Assembléia Geral das Nações Unidas (1993), conheceu-se a primeira definição de “violência contra a mulher” com a adoção da Declaração para Eliminação da Violência Contra as Mulheres.

O artigo 2º dessa Declaração mostra que a definição da violência contra a mulher deve incluir, também, atos de violência na comunidade. Entende-se por estes, atos espancamento conjugal, abuso sexual de meninas, violência cuja relação está ligada a questões de dotes, estupro conjugal (inclusive), e tantos outros comportamentos e atitudes já conhecidas e claramente prejudiciais à mulher, tais como a mutilação genital feminina, que não se insere na nossa realidade.

Seguindo este raciocínio, a violência contra a mulher compreende qualquer ato ou conduta que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada (FONTANA, 2001).

A violência à mulher é a ação que se dá em um contexto marcado por uma cultura discriminatória entre gêneros que ainda se fazem presentes na contemporaneidade.

2.3 Cultura e Discriminação – princípio da violência

Por cultura compreende-se:

O complexo dos padrões de comportamento, das crenças, das instituições e doutros valores espirituais e materiais transmitidos coletivamente e característicos de uma sociedade; civilização. (FERREIRA, 1975, p. 409).

Já a discriminação é identificada por atitudes que imprimem “apartação e segregação” (FERREIRA, 1975, p. 481). Assim, observa-se que, de acordo com o papel desempenhado pela mulher em determinadas culturas, o nível de violência contra ela está diretamente relacionado a seu histórico papel social.

O estigma da discriminação é um forte atrativo para a violência à medida que o sujeito discriminado assume o papel de ser inferior. No caso da mulher, a violência a ela cometida é resultado de um poderoso coquetel cultural que a coloca, por exemplo, em situação inferior à do homem e, no caso da relação conjugal, mais do que isso. Na cultura patriarcal, o marido acha que tem plenos poderes sobre a mulher. Essa situação banaliza a violência como algo que “faz parte” da vida de qualquer casal. Nessa categoria do “faz parte”, tenta-se colocar no mesmo nível os embates verbais mais acalorados, que ocorrem em qualquer casamento, e agressões físicas que vão de safanões e puxões de cabelo a assassinatos. A banalização da violência doméstica é o pano de fundo que explica a maneira pela qual a sociedade lida com (ou ignora) o problema. É o clássico “em briga de marido e mulher não se mete a colher”. Por este motivo é que se escolheu como objeto deste trabalho a violência doméstico-conjugal.

Existem ainda várias outras formas de discriminar e agredir uma mulher, entre elas destaca-se: o tráfico de mulheres, a prostituição forçada e a violência perpetrada ou tolerada por certos governos, como é o caso do estupro em situações de guerra. (NETO, 2003, p. 497).

De acordo com Marcondes Filho (2001, p. 21), a realidade do fim de século torna mais evidente do que antes o fantasma do “eu não sou nada”, do “eu não sou ninguém”, do “eu não tenho importância”, banalizando a categoria do “faz parte” que a sociedade o tempo todo deixa clara.

Para compreender melhor cada tipo de violência sofrida pela mulher, no âmbito familiar e nas relações pessoais, faz-se necessária uma classificação a partir

da forma particular de cada expressão, a seguir apresentada (TELES; MELO, 2002, p. 15):

- **Violência Doméstica ou Intrafamiliar** - ocorrem dentro de casa, nas relações entre as pessoas da família; entre homens e mulheres; pais, mães e filhos; entre jovens e pessoas idosas. Independente da faixa etária das pessoas que sofrem espancamentos, humilhações e ofensas, as mulheres são os alvos principais.
- **Violência Sexual** - termo empregado, sobretudo, para os casos de estupro cometidos dentro e fora de casa. São atos de força em que o agressor obriga a outra pessoa a manter relação sexual contra sua vontade. Manipulação, uso de força física, ameaças, chantagens e suborno são usados para a efetivação da violência. As vítimas principais também são do sexo feminino, mesmo quando são crianças e adolescentes.
- **Abuso Sexual** - expressão usada para denominar violência sexual praticada principalmente contra crianças e adolescentes.
- **Assédio Sexual** - significa “perseguição com insistência”. É o ato de poder em que uma pessoa que ocupa posição superior, em geral no trabalho, na escola ou em instituições, aproveita-se da condição superior (profissionalmente) para insinuar ou fazer proposta sexual a outra pessoa sob ameaça de perda de emprego, de não ter promoção, de ser humilhada ou intimidada e reafirma seu caráter constrangedor tanto físico como moral.
- **Violência Interpessoal** - é causada pela dilapidação de bens materiais ou não de uma pessoa e provoca danos, perdas, destruição, retenção de objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores econômicos, entre outros.
- **Violência Sexista** - refere-se àquela praticada em decorrência da discriminação sexual.

Este trabalho dá um enfoque maior à **violência conjugal**, ou seja, à violência nas relações de casal, que ocorre no espaço doméstico ou fora dele. Pode ocorrer entre cônjuges ou ex-cônjuges, incluindo outras relações afetivas como noivos ou namorados.

Falar de violência contra a mulher e não citar o abuso por parte do marido ou companheiro é no mínimo desastroso. Até porque é a forma mais comum de

violência e está presente em todo o mundo, e em todas as classes sociais (FONTANA, 2001).

As consequências físicas, emocionais e psicológicas da mulher agredida são muitas. Elas sofrem de ansiedade, depressão e problemas psicossomáticos em doses muito significativas em relação àquelas que não foram alvo do mesmo tipo de violência. Elas estão sempre em estado de estresse e medo, mais propensas à depressão, o que pode elevar ao aumento do suicídio (MATOS, 2003).

Em um lento processo histórico de emancipação feminina, determinados papéis ou comportamentos que impunham à mulher a condição de inferioridade foram sendo abolidos. Como consequência, os conceitos de violência foram se alargando. Segundo Porto (2002) considera que:

atualmente ocorre uma ressignificação da violência, no sentido de não aceitar eufemismos para defini-la e de nomear como violência atos e comportamentos que eram, há até bem pouco tempo, considerados formas ou conteúdos corriqueiros de regulamentação social, pois [...] a sociedade brasileira se tem revelado mais exigente, mais organizada e pronta a reivindicar o fim da impunidade e a vigência de padrões mais solidários de relações e interações sociais.

2.4 Fases da violência

Segundo Walker (1998), que estuda a cumplicidade da mulher espancada com seu agressor, a violência doméstico-conjugal segue **três ciclos distintos**. A primeira **fase é da tensão**, cheia de insultos e ameaças, muitas vezes recíprocas, brigas, ofensas, gritos. Neste momento, emocionalmente a mulher sente-se humilhada, agredida moralmente. A literatura encontrada sobre o tema não traz registro sobre a percepção masculina diante da situação, portanto, esta análise se restringe sempre ao foco do sentimento feminino. De um modo geral, é comum a mulher inibir a dimensão de seus sentimentos para tentar amenizar a situação e acalmar o companheiro, o que normalmente não dá certo, é sempre em vão.

A essa fase inicial, segue-se a brutalidade anunciada, que dura em média de duas a 24 horas. Neste momento, a mulher não tem mais o que temer – o pior está acontecendo. É a **fase da agressão**, revelando-se bem diante dos seus olhos, e muitas vezes na frente dos filhos. É uma catarse para os dois. Suspiros, lágrimas, raiva, medo os sentimentos se misturam.

Passada a explosão, um momento de tranquilidade (doentia) se anuncia, é a **fase da reconciliação**, em que a mulher é mais vítima ainda (WALKER, 1998). O parceiro faz juras e promessas, diz-se arrependido; a mulher, sem condições psicológicas e opção, finge acreditar, e assim ela acelera o processo para chegar logo à lua-de-mel (WALKER, 1998). Ingênuo afirmar que a fase é de lua-de-mel, já que é um momento tão idílico, em que o homem decide quando começa e quando termina. É neste momento muitas vezes que a mulher se sente desorientada e confusa. Talvez fosse o mais correto chamar esta fase de “manipulação afetiva” (ROSMANINHO, 1998).

Logo em seguida, tem-se a **fase de escalada e reinício do ciclo**. Uma vez perdoado pela companheira, o agressor começa uma nova fase de irritabilidade e a tensão aumenta. Confiante, a companheira exerce a autonomia recém conquistada, é quando ele sente que está perdendo o controle e começa uma nova discórdia e com ela o **reiniciar do ciclo da violência** (WALKER, 1998).

Este é um ciclo que se repete por muitos e muitos anos. Sob o olhar quase poético de Beauvoir (1949), para a mulher restam as lágrimas para exprimir a revolta. A Delegacia de Atendimento à Mulher (Deam¹) possui um controle documental em que se pode verificar que o dia de maior procura é a segunda-feira, logo após o fim de semana. Depois de encaminhar os filhos para a escola e ter certeza de que o marido saiu para trabalhar, é que a mulher se enche de coragem para denunciar, (em pesquisa assistemática com a Delegada Titular da Deam em 16.12.2005).

Há relatos de que a ida à Deam acontece porque a mulher se sente traída e aviltada, entretanto, após a denúncia, é comum que esta, ao refletir sobre as conseqüências familiares, sociais e financeiras, retorne e retire a queixa. Estudos demonstram que o retrocesso feminino diante da queixa é comum em outros pontos do país. Segundo Dias (2002), em sua investigação afirma que:

somente 10% das agressões sofridas por mulheres são denunciadas. Quer por medo, quer por vergonha, é difícil denunciar alguém que reside sob o mesmo teto, uma pessoa com quem se tem um vínculo afetivo e filhos em comum e que, não raro, é o responsável pela subsistência da família.

¹ EQS 204/205 – Brasília/Distrito Federal

É provável que a realidade da violência contra a mulher tenha como principal aspecto a cultura machista², posto que outros aspectos, ao serem analisados, não apresentaram indicadores consistentes que os relacionem a esse tipo de agressão, como por exemplo, o fato de que a pesquisa contida no Dossiê Contra Violência contra a Mulher (FONTANA, 2001) conclui que o grau de instrução não tem relação com o uso da violência. Outros dados serão apresentados a seguir.

2.5 Dados internacionais e nacionais sobre violência

Estudos realizados em sete países diferentes do Brasil demonstram que poucas são as mulheres que procuram ajuda também em outras culturas. A maior parte delas mantém o mesmo padrão de comportamento, silêncio, e quando resolve buscar auxílio, normalmente o faz com a família e ou amigos (FONTANA, 2001). É o que mostra a Tabela 1 as seguir:

Tabela 1. Como reagiram as mulheres que sofreram violência em países selecionados – 1993 a 1999 (em %).

País	Ano	Nunca Falaram	Denunciaram à Polícia	Contaram a amigos	Falaram à Família
Banladesh	1993	68	-	-	30
Canadá	1993	22	26	45	44
Camboja	1996	34	1	33	22
Chile	1993	30	16	14	32
Egito	1995/6	47	-	3	44
Irlanda	1995	-	20	50	37
Moldávia	1997	-	6	30	31

Fonte: The Johns Hopkins School of Public Health, 1999/Population Reports (dados compilados). Apud FONTANA, 2001.

Em países desenvolvidos como os Estados Unidos, estudos indicam que as mulheres sofrem em 20% dos casos, pelo menos um tipo de agressão física infligida

² Machismo é a crença de que os homens são superiores às mulheres (WALKER, 1998).

pelo marido, companheiro ou parceiro (FONTANA, 2001). O estudo, ainda, procura traçar o perfil da mulher agredida e do casal em situação de violência:

metade das mulheres tem entre 30 e 40 anos e 30% têm entre 20 e 30 anos; em 50% dos casos, o casal tem entre 10 e 20 anos de convivência, e em 40%, entre 1 e 10 anos. Depois da queixa, 60% dos casais permanecem juntos (FONTANA, 2001, p. 15).

Outras pesquisas e estudos procuram mostrar onde nasce a violência doméstico-conjugal, chegando a algumas conclusões similares, entre elas:

quanto mais tempo de casado, maior a chance de haver violência; quando a mulher tem um trabalho remunerado, a violência física mais bruta despenca substancialmente; a violência psicológica, porém, permanece a mesma; o agressor costuma estar na idade máxima de produção (entre 25 e 40 anos); alcoolismo, pobreza e desemprego, são freqüentemente citados como causa. São coadjuvantes, não atores principais (HARAZIM, 1998, p. 80).

Dados do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID apud FONTANA, 2001) em pesquisas realizadas no Chile e Nicarágua, em 1997, concluíram que a mulher agredida física, psicológica ou sexualmente por seu companheiro, em geral, recebe menor salário ao de uma trabalhadora que não é vítima de violência doméstica.

No Brasil as mulheres aparecem como principais vítimas de homicídio, abusos sexuais e físicos, ameaças e humilhações na sua própria casa por aqueles (homens/agressores) que lhes deveriam ser a pessoa de maior confiança. (MATOS, 2003).

O lugar mais perigoso para a mulher é em casa. O risco da mulher ser agredida em sua própria casa, pelo pai de seus filhos, ex-marido ou atual companheiro, é nove vezes maior do que o de sofrer alguma violência na rua, fora do âmbito familiar (HARAZIM, 1998, p. 86).

As estatísticas mostram que:

78,6 das pessoas (homens e mulheres) que se disseram vítimas de violência conjugal (física ou emocional) tinham o 2º grau completo ou mais; 65% tinham pelo menos o 3º grau incompleto e 45,7% tinham o 3º grau ou pós-graduação. Os motivos alegados para não se buscar ajuda foram: 61% consideraram que se trata de um assunto particular; 6,7% tiveram vergonha e 32% alegaram outras razões, como: não acharam necessário ou avaliaram que não seriam reconhecidas/os como vítimas. (FONTANA, 2001, p.19).

e ainda:

a quantidade de processos inconclusos: 70% foram arquivados, na maioria dos casos por intervenção da própria agredida, que altera seu depoimento diante das promessas do companheiro de mudar de atitude. O papel da Justiça também contribui para a impunidade: em 21% dos casos estudados, os acusados foram absolvidos, em uma proporção de dez absolvidos para um condenado. (FONTANA, 2001, p.17)

O fenômeno da violência contra a mulher, que pode ocorrer tanto no espaço doméstico e intrafamiliar, tem sérias e graves conseqüências. Cabe mencionar alguns dados nacionais relevantes para este estudo:

- 1 em cada 5 dias de falta ao trabalho tem sua causa na violência sofrida por mulheres em sua própria casa;
- a cada 5 anos, a mulher perde 1 ano de vida saudável, caso ela sofra violência doméstica;
- No Brasil, as estatísticas e os registros em delegacias especializadas mostram que a cada 4 minutos, uma mulher é agredida em seu próprio lar, geralmente por seu companheiro, (70% das vezes);
- Mais de 40% das violências resultam em lesões corporais graves decorrentes de socos, tapas, chutes, queimaduras, espancamentos e estrangulamento;
- O Brasil é o país que mais sofre com a violência doméstica, perdendo cerca de 10,5% do seu PIB em decorrência desse problema (PANDJIARJIAN, 2004).

A violência intrafamiliar/conjugal corresponde a 70% dos casos registrados, por exemplo, em Goiânia, região próxima ao Distrito Federal, conforme mostra a tabela abaixo:

Tabela 2. Denúncias de violência contra a mulher por tipo de violência – Goiânia/GO - 1997 a 1999.

Crime	1997	1998	1999 (jan.-set.)
Lesão Corporal	795	1.474	1.245
Ameaça	712	1.753	1.819
Vias de Fato *	99	506	707
Estupro	149	181	110
Tentativa de Estupro	40	54	32
Atentado Violento ao Pudor	43	86	59
Outros	260	446	272
Total	2.098	4.500	4.244

Obs. : (*) Quando a mulher revida a agressão.

Fonte: Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher, 1999 – apud Fontana, 2001).

A realidade brasileira mostra que apenas um terço das internações em hospitais e emergências é consequência de violência doméstica, isso porque apenas uma em cada dez mulheres que sofrem agressões físicas (violência) procura atendimento médico e são oficialmente reconhecidas pelos médicos como mulher espancada (FONTANA, 2001).

Segundo Harazim (1998), no Rio de Janeiro, registram-se 5.098 ocorrências de violência doméstica por mês, ou 170 por dia. Isso significa que a cada hora há sete mulheres em situação de violência, segundo levantamento do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher.

Porém percebe-se por meios dos estudos e pesquisas, que cada vez mais cresce o número de campanhas não-governamentais e assistenciais que cumprem um papel que é essencial para o combate à violência, não somente auxiliando as vítimas individualmente, mas também, educando, informando e prevenindo o abuso, conforme anexo. É imperioso perceber que o conhecimento do impacto da violência contra a mulher, por meio de mais programas e campanhas, ajudará a encontrar formas de combatê-la.

Assim, fica a questão, quem são os responsáveis por esta dolorosa realidade? O fato é que a violência física, sexual e emocional sofrida pelas mulheres não é responsabilidade exclusiva de seus agressores.

Portanto, o fim da violência contra a mulher consiste num desafio incessante, contra o isolamento que as entidades governamentais encontram-se (ARAÚJO, 2001). O Estado e a sociedade devem estar atentos para o papel de ator social da mulher, amparando-a bem como aos seus filhos (NETO, 2003).

3 Atuação do Estado e da sociedade civil no combate à violência contra a mulher

Art. 226, § 8º O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988).

Em geral, todas as Constituições dos 26 Estados Federativos – promulgados após 1988 – igualmente coíbem a violência no âmbito doméstico e familiar, exceto Pernambuco, Roraima e Alagoas. Porém, até hoje, **não existe** uma **Lei Nacional específica** para prevenir e combater a violência doméstica (PANDJIARJIAN³, 2004).

A violência contra a mulher é uma perversidade que precisa acabar. A sociedade precisa estar atenta e fazer um pacto social para reverter uma situação que não já não é mais aceita. A liberdade só existe quando há igualdade (DIAS, 2003).

Dizer não à violência contra a mulher é uma questão de direito, igualdade e dignidade além de financeira os dados são evidentes quando mostram o oneroso que é para a sociedade e para o estado essa violência.

3.1 Lei nº 9.099/95 e sua aplicabilidade

Consideram-se infrações de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a dois anos, ou multa. (SILVA, 2001)

Assim, a Lei nº 9.099/95 tem implicações diretas na questão da violência doméstica, e foi criada com o objetivo de permitir a “desafogar os sistemas carcerário e judiciário, a adoção de procedimentos simples e célere, e aplicação de penas com caráter mais social e menos punitivo”. (PANDJIARJIAN, 2004).

Se de um lado a institucionalização dessa norma buscou alternativas sociais para pequenas infrações, a inclusão de agressões à mulher na categoria de crimes de menor gravidade legitimou a negativa de representação cultural da mulher como ser inferior.

Esta mesma lei é utilizada para contravenções no trânsito, por exemplo. Assim, entende-se que dar o mesmo “tratamento jurídico a um delito de trânsito e a

³Palestra proferida em 19 de setembro, em evento promovido pela Comissão da Mulher Advogada da OAB/SP, no auditório Walter Maria Laudísio, da Caixa de Assistência dos Advogados de São Paulo (CAASP)

um delito decorrente de violência doméstica significa banalizar sobremaneira a violência doméstica” (PANDJIARJIAN, 2004).

Compreende-se que não se pode tratar da mesma forma um delito praticado por alguém estranho ou com quem se tem um contato íntimo e pessoal, como é o caso dos homens (maridos ou companheiros, noivos, ex-cônjuges) que agredem esposas, companheiras, noivas, ex-cônjuges. O delito provocado por pessoas de estreita convivência tende a acontecer novamente, enquanto um delito praticado por estranho em poucos casos voltará a acontecer, inclusive correndo o risco muitas vezes de homicídio, cujas mulheres foram espancadas anteriormente (PANDJIARJIAN, 2004).

Na maioria das vezes, a pena aplicada nos casos de violência doméstica é o pagamento de uma cesta básica. Há de se refletir sobre a relevância de um enquadramento penal de maior proporção aos agressores femininos, posto que, ao que parece, a atual imputabilidade não estimula a consciência social desejada.

Só são condenados maridos ou companheiros que têm evidência de alcoolismo, vício em drogas, um passado de abuso doméstico e estão desempregados ou são criadores de caso. (DIAS, 2002, p. 120)

A dimensão legal dada ao problema da violência contra a mulher reforça as observações contidas neste trabalho, confirmando que, “discriminação e violência são parte de um mesmo binômio, como faces da mesma moeda” (PANDJIARJIAN, 2004). Discriminação e violência se retroalimentam. Assim, a Lei 9.099/95, na sua aplicabilidade nos casos de violência doméstica, está incompatível com o que estabelece a Convenção da Mulher (PANDJIARJIAN, 2004).

Pode-se refletir sobre algumas medidas que contribuam para transformar a dura realidade enfrentada pelas mulheres, em face da aplicação da Lei 9099/95, aos casos de violência doméstica (PANDJIARJIAN, 2004).

Enquanto utiliza a Lei nº 9.099/95, a justiça não está protegendo a família. Não pune o agressor e nem a mulher pode responder pela preservação física e emocional,

[...] tornando-se invisível a violência doméstica. Dessa forma, todos os Poderes são cúmplices da violência contra as mulheres, merecendo ser responsabilizados na condição de co-autores, tanto o Legislativo, como o Executivo e o próprio Judiciário (DIAS, 2003, p. 66).

Paralela à omissão do Estado cresce o repúdio da sociedade a essa realidade perversa, principalmente em ações afirmativas desenvolvidas por Organizações Não Governamentais e, pouco a pouco, em adesões de compromisso da mídia em divulgar e orientar a população contra esse estigma social.

3.2 Responsabilidade social do jornalismo

As sociedades complexas vêem o jornalismo como serviço público e exigem informações para que o cidadão decida com o máximo de referências possíveis. Segundo Gentili (2006), defender o jornalismo de qualidade e quantidade suficiente para o esclarecimento do cidadão é, antes de tudo, proteger a democracia.

A prática jornalística conseguiu alcançar os mais distantes pontos, levando informações de acontecimentos em qualquer lugar do planeta. Entretanto, esse poder não existe sem ter consigo um propósito a ser seguido. No caso do jornalismo, concorda-se com a razão de ser proposta por Kovach e Rosenstiel (2003, p. 31)

[...] A imprensa nos ajuda a definir nossas comunidades, nos ajuda a criar uma linguagem e conhecimentos comuns com base na realidade. O jornalismo também ajuda a identificar os objetivos da comunidade, seus heróis e vilões. [...] A imprensa funciona como um guardião, tirando as pessoas da letargia e oferecendo uma voz aos esquecidos.

Para Barth (2005, p.35),

[...] o ser humano se apóia em construções de sentido que são rearranjadas ao longo dos tempos. Nesse caso, para que o homem viva de maneira plena e aceitável para o “bom funcionamento” das suas relações com o mundo e das próprias relações do mundo, a mídia contribui com seu senso de verdades reafirmadas cotidianamente e que são alimentadas pela opinião pública. Em contrapartida, as pessoas utilizam esses recursos midiáticos para servir como um suporte de idéias, juntamente com todas as outras contribuições que vivenciam.

Nesse caso, jornalismo é, ao mesmo tempo, uma prática social e um exercício público de entendimento do mundo. Sob este enfoque, mais do que **meio de comunicação** o jornalismo passa a ser considerado um **meio de conhecimento** (FILHO, ADELMO, 1987). Neste duplo papel de comunicação e conhecimento, há de se refletir sobre as relações interpessoais ocorridas entre público, fonte e profissional, exigindo deste último – agente primaz - uma responsabilidade por seu trabalho pautada por valores éticos universais como verdade, respeito e honestidade.

O compromisso social se faz presente na ação jornalística quando existe a consciência profissional de que a notificação de uma notícia via de regra repercute positiva ou negativamente na sociedade, causando uma transformação na vida da população ou mesmo na de um indivíduo. A conotação dada à notícia (metalinguagem) também é instrumento que direciona a interpretação de um determinado fato, ou seja, a postura praticada pelo jornalista gera impacto no modo de interpretação da informação recebida, portanto, o jornalismo é cidadão quando o profissional faz de seu trabalho um meio para estimular reações positivas na sociedade (CARDOZO, 2005).

O jornalismo é a síntese do espírito moderno: a razão (a “verdade”, a transparência) impondo-se diante da tradição obscurantista, o questionamento de todas as autoridades, a crítica da política e a confiança irrestrita no progresso, no aperfeiçoamento contínuo da espécie (FILHO, MARCONDES, 2000, p.9)

Ainda que percebida como agente pró-ativo social, a ação jornalística por vezes se limita aos condicionantes do mercado, dando à informação conotações sensacionalistas ou dúbias, na intenção de uma maior audiência ou incremento nas vendas de jornais diários. Tais conotações jornalísticas estimulam o desenvolvimento de idéias de que os meios de comunicação de massa têm responsabilidade pelo aumento da violência e da criminalidade (MICHAUD, 1996, apud PORTO, 2002, p. 154).

[...] a violência, na mídia, seja ela estilizada ou não, seja ficção ou parte dos telejornais da atualidade serve, de uma certa maneira, a um descarregar-se, distender-se, dar livre curso aos sentimentos através do espetáculo. As cenas de violência são um sintoma da “nervosidade” da sociedade.

Sob este foco, o fenômeno da violência é transformado em produto, com amplo poder de venda no mercado de informação, e em objeto de consumo, fazendo com que a realidade da violência passe a fazer parte do dia-a-dia (PORTO, 2002). A violência então é consumida de forma dinâmica no processo de produção diária.

Embora a ação jornalística também sofra interferências de um contexto capitalista, assim como muitas outras profissões reconhecidamente de caráter social, vem crescendo na profissão a consciência pela divulgação de informações comprometidas com a construção de uma sociedade solidificada em valores positivos para a humanidade.

Especificamente, no caso do desenvolvimento de uma consciência contra a violência cometida ao universo feminino, percebida como algo que extrapola a violência física, cada vez mais jornalistas e meios midiáticos têm colocado em pauta esse assunto.

Assim, este trabalho de pesquisa utiliza as seguintes questões como norteadoras que serão respondidas nas próximas páginas.

- a) Qual o papel social dirigido à mulher pelos meios de comunicação?
- b) Como a mídia impressa se posiciona em um relato de violência contra a mulher?

4 Método

Por sua natureza básica, o trabalho pautou-se na exploração de documentos publicados de caráter informativo e técnico – Jornal *Correio Braziliense* – diagnósticos quantitativos e qualitativos sobre a relação violência/mulher elaborados por segmentos públicos e não-governamentais, tanto nacionais quanto internacionais e de documentos científicos - literatura especializada.

O estudo focou-se no conjunto de matérias publicadas no *Correio Braziliense* sobre o caso específico de violência contra a mulher, cuja veiculação se deu no período de 03 a 30 de dezembro de 2005. A história explorada no referido jornal foi selecionada considerando o perfil dos envolvidos.

A escolha do periódico se deu por ser a publicação diária de maior circulação em Brasília/DF, capital federal. Com tiragem diária em torno de 83.000 exemplares.

O estudo teve o objetivo de desenvolver uma análise do discurso jornalístico sobre o tema explorado, realizando uma observação não-invasiva do processo de divulgação e conotação da notícia.

4.1 Amostra

Foram utilizadas as vinte e seis matérias⁴ que o jornal *Correio Braziliense* veiculou no período de 03 a 30 de dezembro de 2005, sobre o caso de violência sofrida por Roseni Ribeiro, no dia 2 daquele mês.

Estes registros serviram para analisar o discurso jornalístico sobre a temática da violência contra a mulher, onde dezenove matérias se reportaram a Roseni.

4.2 Instrumento

Serviram de instrumento de apoio à pesquisa tanto recursos tecnológicos quanto o potencial humano. No plano material, os principais instrumentos utilizados foi o computador e o jornal que, de modo direto, permitiram o acesso a informações oficiais.

⁴tudo o que é publicado, ou feito para ser publicado, por um jornal, revista, radiojornal ou telejornal, incluindo textos e ilustrações (visuais ou sonoras). Tanto o original de qualquer notícia, artigo, crônica, nota etc., quanto a sua forma impressa recebem genericamente, o nome de matéria. (RABAÇA, 2002, p. 474)

4.3 Procedimento

Os procedimentos para o desenvolvimento da análise do discurso jornalístico identificaram-se com as técnicas aplicadas para esse tipo de análise defendida Minayo (2004). Para devida compreensão dos resultados adquiridos, foi desenvolvido um quadro de resultados de análise de conteúdo.

4.4 Análise

Foram realizados dois tipos de análise de conteúdo, de acordo com Minayo (2004):

Análise Temática - está ligada a uma afirmação a respeito de determinado assunto. Ela comporta um feixe de relações e pode ser graficamente apresentada através de uma palavra, uma frase, um resumo.

Análise de Enunciação - apóia-se numa concepção de comunicação como processo e não como um dado estatístico. A análise da enunciação considera que na produção da palavra elabora-se ao mesmo tempo um sentido e operam-se transformações. Por isso o discurso não é um produto acabado, mas um momento de criação de significados com tudo o que isso comporta de contradições, incoerências e imperfeições.

5 Resultados

Das vinte e seis matérias analisadas, dezenove falam sobre Roseni, mulher vítima de violência em dezembro de 2005, o que foi noticiado porque houve um crime. O professor Elidio de Oliveira foi morto por João Xavier, ex-marido de Roseni Ribeiro, que levou cinco tiros.

O Quadro de Resultados 1 retrata os dados coletados, a matéria-prima foi o material de reportagem publicado no *Correio Braziliense*.

No Quadro 1, destacam-se cinco categorias para identificar a forma como o *Correio Braziliense* tratou o papel de Roseni, vítima de atentado de homicídio por parte do ex-marido: vítima física, emocional, uso retórico (ironia), uso retórico (superlativos) e papéis sociais valorizados. Percebemos que o jornal, em vez de enfocar o tema em sua complexidade, preferiu enfatizar aspectos sensacionalistas do caso.

Quadro de Resultados 1

CATEGORIA	FREQÜÊNCIA TOTAL DAS MATÉRIAS	EXEMPLOS
Vítima física	7	Ferida fisicamente
Vítima emocional	2	Assustada, mudança abrupta
Uso retórico (ironia)	4	chorava compulsivamente homem dedicado a família motivo? história antiga
Uso retórico (superlativos)	6	Prantos
	5	Sufrimento
	4	Em prantos
	3	Coitada
	2	Chorava compulsivamente
	2	Tragédia
	2	Traumas
Papéis sociais valorizados	12	Mulher (no sentido esposa)
	7	Assessora parlamentar
	7	Estudante
	3	Aluna
	3	Ex-mulher
	1	Representante de turma

No Quadro 2, identifica-se os repórteres que mais cobriram o fato, para averiguar se o *Correio* favoreceu o acompanhamento do fato diariamente, bem como a visão pessoal e cultural acumulada por parte do repórter sobre o fato narrado.

Quadro de Resultados 2

CATEGORIA	FREQÜÊNCIA TOTAL DAS MATÉRIAS	VARIÁVEL
Repórter	8	Fabiola Góis
	6	Leandro Bisa
	1	Carolina Caraballo, Renato Alves e Ary Filgueira
	1	Adriana Bernardes
	1	Renato Alves
	1	Mario Coelho
	1	Adriana Bernardes e Mario Coelho
	1	Carolina Caraballo e Marcelo Abreu
	1	Leandro Bisa e Guilherme Goulart
	1	Thaís Braga
	1	Carolina Caraballo e Leandro Bisa
	1	Fabiola Góis e Leandro Bisa
	1	Darse Junior
Dias da semana	6	Quinta-feira
	6	Sexta-feira
	5	Terça-feira
	5	Quarta-feira
	5	Sábado
	5	Domingo
	2	Segunda-feira
Tipos de notícia ⁵	26	Matéria
	5	Capa
	2	Nota
	1	Opinião/Artigo

Percebe-se por meio dos resultados, que foram diversos repórteres que cobriram o fato. Porém a análise do material esclarece que Leandro Bisa, foi o profissional que mais perto esteve da vítima, noticiando e revelando a tentativa de homicídio. Mas é no repórter Marcelo Abreu que encontramos o texto mais “piegas”, onde Roseni é acintosamente fragilizada como mulher (gênero). Entende-se que para esclarecer e contribuir para uma construção de subjetividades importantes é preciso mudar formas de relações sociais.

Para ilustrar, seguem alguns trechos das matérias analisadas, constantes no Quadro de Resultados 3.

⁵relato de fatos ou acontecimentos atuais, de interesse e importância para a comunidade, e capaz de ser compreendido pelo público. [...] Como fenômeno essencialmente jornalístico, a notícia requer tratamento apropriado – que envolve apuração, pesquisa, comparação, interpretação, seleção – e redação adequada, de acordo com as peculiaridades do veículo. Mas para que, com toda técnica jornalística, se produza uma boa notícia, é essencial que o fato reúna determinados atributos, como: interesse humano, veracidade, curiosidade, importância e consequências para a comunidade, proximidade etc. (RABAÇA, 2002, p. 513/514)

Quadro de Resultados 3

REPÓRTER	TRECHO	DATA
Marcelo Abreu	“No décimo andar do Setor de Ortopedia do Hospital de Base (HBDF), uma mulher assustada e em lágrimas tenta esconder a tragédia em que se transformou sua vida desde a noite da última sexta-feira.”	06.12.2006
Leandro Bisa	“João Xavier afirmou que flagrou a mulher e o professor se beijando dentro do carro dela, um Siena no estacionamento da faculdade. Ao protestar, teria sido xingado por Elídio. Nervoso, sacou o revólver e atirou. O acusado disse que agiu sozinho, e fugiu sem contar com a ajuda de ninguém”	08.12.2006

Conforme exibido no Quadro de Resultados 3, fica evidente a forma sensacionalista com que o repórter Marcelo Abreu vitimizou Roseni.

Outro momento, destacado o trecho de Leandro Bisa, demonstra que foi o repórter que mais perto esteve da vítima noticiando o fato.

6 Discussão

Entende-se que ao jornalista cabe, entre outras coisas, relatar os fatos com isenção e fidelidade dos acontecimentos, sem julgamento prévio, abordando com honestidade e em tom crítico os eventos abusivos de poder presente nas relações sociais (diferenças econômicas, culturais e principalmente neste estudo, de gênero).

Assim, dependendo da forma de escrever um texto, a violência pode ser revelada. Palavras e adjetivos são exemplos, principalmente quando se trata de um texto impresso. Por isso, a violência e a discriminação devem ser interpretadas em suas várias fases e formas, confirmando que, “discriminação e violência são parte de um mesmo binômio, como faces da mesma moeda” (PANDJIARJIAN, 2004). Como foi dito anteriormente, discriminação e violência se retroalimentam, em rede, por meio dos acontecimentos em que se expressam, multiplicam e produzem (CHAUÍ, 1985).

Assim, compreende-se que o uso da ética, bem como o conhecimento prévio dos assuntos no exercício da profissão define-se por algo que não é material, é aquilo que se aprende desde muito cedo.

Por isso, percebe-se que, ao longo das análises das matérias publicadas pelo jornal *Correio Braziliense*, os repórteres não pareciam inteirados sobre o assunto. Primeiro, porque o *Correio* não permitiu que apenas um repórter tivesse exclusividade de cobertura do fato, isso faz com que se perca parte da essência e da intimidade (Quadro 2). Segundo, porque o *Correio* não trouxe informações suficientes e adequadas para contribuir para um pensamento crítico sobre a erradicação da violência contra a mulher. Não houve sequer uma referência à Lei nº 9.099/95 e, principalmente, alguma alusão sobre a Delegacia de Atendimento a Mulher.

A mídia tem a capacidade de influenciar a projeção dos acontecimentos na opinião pública, estabelecendo um pseudo-ambiente fabricado e montado pelos meios de comunicação (PEDROSO, 2005). Por isso, compreende-se que esta muitas vezes introduz inversões poderosas nos hábitos de leitura, modificando a conformação e a maneira que se capta e interpreta o mundo exterior. Nas matérias analisadas, a mulher sempre foi tratada como “vítima”, seja de forma velada, nas entrelinhas, seja na descrição física e ainda na descrição emocional de forma muitas

vezes piegas e sensacionalista. Entende-se que o jornalista não contribuiu, portanto, para uma formação crítica do leitor.

Em contrapartida, o *Correio Braziliense* deixa evidente em algumas matérias, o fortalecimento do papel social da mulher em questão, utilizando adjetivos, como por exemplo, “estudante” ou a função que ocupava na Câmara dos Deputados, lugar profissional de prestígio social, e ainda a tratando por “mulher”, no caso à referência de esposa. Apenas em três matérias, o termo “ex-mulher” é usado.

A mulher ainda vive o estigma da discriminação, mesmo quando se é vítima, porque um poderoso coquetel cultural a coloca, por exemplo, em situação inferior à do homem e, no caso da relação conjugal mais ainda (NETO, 2003). Roseni havia entrado com pedido de divórcio quinze dias antes do crime cujo assassino (ex-marido) rejeitou o rompimento. Preparou uma emboscada para assassinar a ex-mulher (levou cinco tiros) e acabou matando o professor da vítima.

Para Kovach e Rosenstiel (2003, p. 31), conforme já citamos anteriormente,

[...] A imprensa nos ajuda a definir nossas comunidades, nos ajuda a criar uma linguagem e conhecimentos comuns com base na realidade. O jornalismo também ajuda a identificar os objetivos da comunidade, seus heróis e vilões. [...] A imprensa funciona como um guardião, tirando as pessoas da letargia e oferecendo uma voz aos esquecidos.

E além de Roseni, quantas outras mulheres sofrem e são esquecidas e chantageadas como Roseni e sua mãe foram? O *Correio* pouca ênfase deu ao assunto. Agressão e violência, como já foram vistos anteriormente, aparecem de forma plural como: maltrato físico (chutes e pontapés), desdém, intimidações, ameaças, chantagens e relação sexual forçada (FONTANA, 2001).

As estatísticas mostram que “em 50% dos casos, o casal tem entre 10 e 20 anos de convivência” (FONTANA, 2001, p. 22), como Roseni e João Xavier, casados há quinze anos, que “quanto mais tempo de casado, maior a chance de haver violência”. (HARAZIM, 1998). Segundo Dias (2001, p. 66), em sua investigação, afirma que: “somente 10% das agressões sofridas por mulheres são denunciadas. Quer por medo, quer por vergonha”. Isso é inconcebível, e foi o que aconteceu com Roseni, acuada pelo marido numa situação de desgaste emocional, recebendo ameaças e impotente diante de tal situação.

A violência contra a mulher é uma perversidade que precisa acabar. A sociedade, o estado e a mídia precisam estar atentos e fazer um pacto social para reverter uma situação que já não é mais aceita (DIAS, 2003).

Nesse caso, jornalismo é, ao mesmo tempo, uma prática social e um exercício público de entendimento do mundo. Sob este enfoque, mais do que **meio de comunicação** o jornalismo passa a ser considerado um **meio de conhecimento** (FILHO, ADELMO, 1987).

O compromisso social se faz presente na ação jornalística quando existe a consciência profissional de que a notificação de uma notícia via de regra repercute positiva ou negativamente na sociedade, causando uma transformação na vida da população ou mesmo na de um indivíduo. A conotação dada à notícia (metalinguagem), “coitada”, “prantos”, “sofrida”, entre tantos outros termos usados pelo *Correio* para descrever Roseni (Quadro 1) também é instrumento que direciona a interpretação de um determinado fato, ou seja, a postura praticada pelo jornalista gera impacto no modo de interpretação da informação recebida, portanto, o jornalismo é cidadão quando o profissional faz de seu trabalho um meio para estimular reações positivas na sociedade (CARDOZO, 2005).

Sob este foco, o fenômeno da violência é transformado em produto, com amplo poder de venda no mercado de informação, por isso a retranca usada pelo *Correio* para informar sobre o fato foi **“Tragédia na Asa Sul”**, porque violência é um objeto de consumo. A violência então é consumida de forma dinâmica no processo de produção diária (PORTO, 2002).

A falta de aprofundamento nas informações e fatos noticiados de forma superficial, como ocorreu nas reportagens veiculadas pelo *Correio*, demonstra uma postura prepotente do jornalista, deixando de lado, muitas das vezes, sua importante função social.

No Brasil, a cada quatro minutos uma mulher é agredida, a violência doméstica incide sobre 25% a 50% das mulheres, lembrando que as mulheres somam 50% da população brasileira. Os custos com a violência são em média 10,5 do Produto Interno Bruto (PARNDJIARJIAN, 2004).

Ainda que as estatísticas e os dados sejam tão preocupantes, a mídia, (que exerce um papel social importante), negligencia e não informa, deixando de contribuir para a formação de um olhar mais crítico sobre os acontecimentos.

7 Conclusão

Embora o *Correio Braziliense* tenha tido o cuidado de utilizar a melhor forma de tratar a vítima de atentado de homicídio, Roseni Ribeiro, ainda assim, percebeu-se, ao longo das matérias analisadas, uma tendência velada de diminuir a mulher na sociedade. A cada momento que reforça a posição de “estudante” ou “assessora parlamentar”, o *Correio* igualmente ressalta adjetivos que fragilizam a mulher, usando termos desnecessários como “sofrimento” e “prantos”.

Ficou claro que o jornal mantém uma simpatia pelo gênero literário exercido, por exemplo, pelo jornalista Marcelo Abreu, pois na matéria assinada por ele, o uso de adjetivos, foi largamente utilizado, fortalecendo o papel da mulher (vítima), relatando os danos físicos e emocionais, sofridos por Roseni, provocando no leitor, o sentimento de “pena” (inclusive utilizando a imagem-fotografica para incorporar o texto). As matérias são carregadas de emoção e sentimentalismo exagerados.

Conclui-se assim que o *Correio Braziliense* nas matérias relacionadas ao assunto, se não diminuiu a figura da mulher, no sentido humano, também não favoreceu o fortalecimento das relações de gêneros. Chamou atenção do leitor, valorizando o sentimento de compaixão e piedade, não contribuindo para que a igualdade de gêneros se fortaleça.

Salienta-se que a literatura encontrada sobre o tema não traz registro sobre a percepção masculina diante da situação de violência contra a mulher, sugere-se, portanto, que esta análise esteja restrita ao foco do sentimento feminino.

Estudos com este foco podem ser desenvolvidos alargando o horizonte para o olhar de como a mídia pode contribuir para a erradicação da violência contra a mulher, ou pelo menos que não banalize de forma sensacionalista, como detectado em alguns trechos do material analisado.

8. Referências

ARAÚJO, Letícia Franco de. Violência contra a Mulher: problema de segurança pública, justiça e causa social. *Boletim IBCCRIM*, São Paulo, n. 99, ano 8, fev. 2001.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 6023: informação e documentação: referências: elaboração*. Rio de Janeiro, 2002.

BAITELLO, Norva. *Imagem e violência: a perda do presente*. São Paulo: Perspectiva, v. 13, n. 3, p. 81-84, jul./set. 1999.

BEAUVOIR, Simone. *A Experiência Vivida*. 2. ed. São Paulo: Nova Fronteira Editora, 1980. 30 p. Tradução de Sergio Milliet, título original: *Le deuxième sexe*. 1949.

BLAY, Eva. Mulher e igualdade, cidadania e gênero – As mudanças serão feitas por toda a sociedade. São Paulo: Social Democracia Brasileira, 58 p, mar. 2002.

BONINI, Adair. *Veículo de comunicação e gênero textual: noções conflitantes*. São Paulo, Delta, v. 19, n. 1, p. 65-89, 2003.

CARDOZO, Renaro de Souza. *O Estatuto da criança e do adolescente na cobertura jornalística da reformulação da Febem*. 2005. Monografia (Graduação). Centro universitário de Brasília.

CHAUÍ, Marilena. Participando do debate sobre mulher e violência, perspectivas antropológicas da mulher. 4. ed. *Revista Brasileira de Enfermagem*. Rio de Janeiro, v. 58, n. 4, jul./ago. 2005.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988.

COUNTS, D.. Female suicide and wife abuse in cross-cultural perspective, Suicide and Life-Threatening Behaviour. In: *Estratégias de Combate à Violência Doméstica. Manual de Recursos*. p. 16. Tradução: Emanuel Fernando Gomes de Barros Matos, 2003. Título original: *Strategies for Confronting Domestic Violence: a Resource Manual*, 1993.

DAIANI, Ludmilia Barth. *Mídia, imaginários e imigração*. São Paulo: Letra Digital, 2005.

DIAS, Maria Berenice. 15 Segundos. *Revista Jurídica Consulex*. n. 144, ano VII, p. 66, jan. 2003.

_____. O modelo de família para a nova sociedade do Século XXI. *Revista Jurídica Consulex*, n. 171, ano VIII, p. 9, fev. 2004.

_____. A mulher é vítima da justiça. *Revista Jurídica da Universidade de Franca*, n. 8, ano 5, 1º semestre, p. 120-123, 2002.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário da Língua Portuguesa*. 1. ed. São Paulo: Nova Fronteira, 1975.

FILHO, Ciro Marcondes. *Comunicação e jornalismo: a saga dos cães perdidos*. São Paulo: hacker editores, 2000. p. 176.

FILHO, Ciro Marcondes. *Violência fundadora e violência reativa na cultura brasileira*. São Paulo Perspectiva, v. 15, n. 2, p. 20-27, abr./jun. 2001.

FILHO, Adelmo Genro. *O Segredo da Pirâmide: para uma Teoria Marxista do Jornalismo*. Porto Alegre: Tchê. 2001.

FONTANA, Mônica. *Dossiê Contra Violência contra a Mulher*. Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos. Pesquisa e Redação (atualização SANTOS, Simone Ferreira dos. 2001.

FONTES, Angela. Notícias de Beijing/95: o que as mulheres conquistaram? *Revista de Administração Municipal*. n. 217, ano XLII, p. 50, out./dez. 1995.

GENTILLI, Victor. Defender o jornalismo é proteger a democracia. Disponível em: <http://observatório.ultimosegundo.ig.com.br>. Acesso em 22.02.2006.

GOMES, Luiz Flávio. Marido pode cometer estupro contra a mulher. *Revista Síntese de Direito Penal e processual Penal*. Dez. 2003.

HARAZIM, Dorrit. *A face do silêncio*. Veja. ano 31, n. 26, p. 80, 1º julho, 1998.

HILBERMAN, E.; MUNSON, F. Sixty batterers womem. *Victimology*, n. 2, pp. 460 e 464-465, 1978.

JAFFE, P. et ali. Emotional and physical health problems of battered womem", Canadian Journal pf Psychiatry. In: Estratégias de Combate à Violência Doméstica. Manual de Recursos. p. 16. Tradução Emanuel Fernando Gomes de Barros Matos, 2003. Título original: Strategies for Confronting Domestic Violence: a Resource Manual,1993.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. *Os elementos do jornalismo*: o que os jornalistas devem saber e o público exigir. Tradução DUPONT, Wladir. São Paulo: geração editorial, p. 302, 2003.

MATOS, Emanuel Fernando Gomes de Barros. Violence against Womem in the family. In Estratégias de Combate à Violência Doméstica. Manual de Recursos. pág. 14. 2003. Título original: Strategies for Confronting Domestic Violence: a Resource Manual (1993)

MINAYO, Maria Cecília de Souza, O Desafio do conhecimento: pesquisa Qualitativa em saúde, São Paulo: Hucitec, Rio de Janeiro: Abrasco, 2004.

NETO, Caetano Lagrasta. Violência contra a mulher e mediação. *Revista dos Tribunais* .v. 807, ano 92, pp. 496-497 e 500, jan. 2003.

PANDJIARJIAN, Valeria. Os esteriótipos de gêneros nos processos judiciais e a violência contra a mulher na legislação. *Revista Jurídica do Ministério Público Catarinense*. v. 2, n. 3, Florianópolis, mai./ago. 2004.

POPULATION REPORTS IS PUBLISHED BY THE POPULATION INFORMATION PROGRAM. Center for Communication Programs. The Johns Hopkins School of Public Healt, Maryland. Disponível em: <http://boasaude.uol.com.br>. Acesso em: 17.03.2006.

PORTO, Maria Stela Grossi. Violência e meios de comunicação de massa na sociedade contemporânea. *Sociologias*. n. 8, jul./dez. 2002, p. 152-171.

RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo Guimarães. *Dicionário de comunicação*. São Paulo: Campus, 2002.

ROSA, Nívea Pedroso. Entrevista ao Observatório da Imprensa. Disponível em: <http://bservatório.ultimosegundo.ig.com.br>. Acesso em 11.04.2006.

ROSMANINHO, Teresa. *Fases do ciclo da violência doméstica*. Disponível em: <http://manualmediavd.blogspot.com/2005/03/fases-do-ciclo-de-violnciadomstica.html>. Acesso em 16.03.2006.

STARK, E.; FLITCRAFT, A; FRAZIER, W.. Medicine and patriarchal violence: the social construction of a private event", International Journal of Health Services. In: Estratégias de Combate à Violência Doméstica. Manual de Recursos. p. 16. Tradução: Emanuel Fernando Gomes de Barros Matos, 2003. Título original: Strategies for Confronting Domestic Violence: a Resource Manual, 1993.

SILVA, Danni. *Novas interpretações da Lei nº 9.099/95, ante o advento da Lei do Juizados Especiais Criminal na Justiça Federal* (Lei nº 10.259/01). Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=2716>. Acesso em 27.01.2006.

TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Monica de. *O que é violência contra a mulher*. São Paulo. P. 15, 2002.

WALKER, Leonore E. (1998). CICLO DE VIOLENCIA. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org>. Acesso em: 11.04.2006.

WEBER, Max. *Sociologia da imprensa: um programa de pesquisa*. Lua Nova, 2002, n. 55-56, p. 185-194, 2002.

Anexo

Campanha de Violência contra a Mulher – ONGs

- [Chega de Esconder - Uma Campanha sobre Violência contra as Mulheres para TV](#)

Composta por dois *spots* de 30 segundos cada. O objetivo da Campanha é encorajar as mulheres em situação de violência doméstica a romper o silêncio, escapar da solidão e encontrar saídas.

- [Campanha: Violência Contra a Mulher: onde tem violência, todo mundo perde](#)

Coordenada pelo Instituto Patrícia Galvão, trata-se de uma campanha publicitária protagonizada por homens e dirigida a homens agressores. Acesse também os *spots* da campanha

- [Campanha do Laço Branco](#)

A Campanha reúne homens que trabalham pelo fim da violência contra as mulheres.

- [Campanha: 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra as Mulheres](#)

Esta Campanha internacional foi criada pelo *Center for Women's Global Leadership* (Centro Global para a Liderança da Mulher) em 1991 e conta com a participação de 1.700 organizações em cerca de 130 países

- [Campanha "Está em Suas Mãos: Páre a Violência contra as Mulheres"](#)

Coordenada pela Anistia Internacional, a campanha enfatiza que o mundo é um lugar inseguro para as mulheres, tanto em tempos de guerra como de paz.

- [Campaña "Por la Vida de las Mujeres; Ni una Muerte +"](#)

Coordenação da *Red Feminista Latinoamericana y del Caribe contra la Violencia Doméstica y Sexual*

- [Campanha Violência Contra a Mulher: Tolerância Nenhuma](#)

Realização: Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora da CUT

Apoio: Fundo para a Igualdade de Gênero Brasil-Canadá

- [Campanha Bem Querer Mulher](#)

Uma iniciativa do Unifem - Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher e da agência *Full Jazz* Comunidade

- [Campanha: Sua vida recomeça quando a violência termina - Violência contra a mulher. Peça ajuda. Denuncie.](#)

Realização da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

- [Campanha Violência Contra a Mulher - Vamos apagar esta mancha de nossa história!](#)

Coordenada pela Federação Nacional dos Farmacêuticos (Fenafar), a Campanha teve início no mês de março de 2005 e fará um balanço em 25 de novembro

- [Campanha de Rádio para discussão da Violência Doméstica contra as Mulheres](#)

O Cfemea lança a Campanha As Vitoriosas, com depoimentos de mulheres que superaram a violência doméstica. O objetivo é ampliar o debate do PL 4559/2004.

- [Campanha Nacional de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil](#)

A campanha vai divulgar também o número do Disque-Denúncia - 0800 99 0500, um serviço gratuito para o cidadão informar às autoridades sobre a ocorrência desse tipo de crime em sua região.

- [Campanha de Combate à Violência Contra a Mulher](#)

Coordenada pela Federação das Mulheres Gaúchas (FMG), JUSMULHER-RS, Programa de Assistência às Mulheres Apenadas (PAMA) e o gabinete da vereadora Clênia Maranhão na Câmara Municipal de Porto Alegre, a campanha foi elaborada pela agência de Comunicação e Marketing Novacentro.